



## **TEXTOS OPINATIVOS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

**Profa. MS Adriana Cintra de Carvalho (Unitau)**

**Profa. MS Miriam Bauab Puzzo (Unitau)**

### **1. INTRODUÇÃO**

Os gêneros discursivos, como unidades comunicativas, manifestam diferentes intenções do autor: procuram informar, convencer, seduzir, entreter, sugerir estados de ânimo, etc., segundo Kaufman e Rodríguez (1995). Em correspondência a essas intenções, é possível categorizar os gêneros discursivos, levando em conta a função comunicativa que neles predomina. Por exemplo, a classificação dos textos do jornal em gêneros informativos, opinativos, interpretativos e diversionais obedece principalmente às três funções comunicativas da atividade jornalística, apresentadas por Beltrão (1980), quais sejam: informar, orientar e divertir. O grupo dos textos opinativos é constituído por enunciados que dizem respeito à função de orientar e que podem ser organizados em uma destas categorias: editorial, artigo, crônica, charge, resenha, entre outros.

Entretanto, a função comunicativa não é o único elemento que configura um gênero discursivo. Segundo Carvalho (2003), faz-se necessário advertir que não se deve classificar um gênero discursivo apenas por sua função comunicativa, pois os propósitos enunciativos dos gêneros discursivos dependem das condições de sua produção e circulação. As funções comunicativas, dessa forma, são conhecimentos que apenas podem facilitar a escolha de um gênero discursivo quando se relacionam às funções comunicativas predominantes os objetivos de escrita.

Se compararmos o editorial com qualquer outro texto classificado como gênero opinativo, destacaremos mais diferenças que semelhanças, até mesmo se considerarmos o elemento que eles têm em comum, que é a função comunicativa. O editorial orienta o público mediante a opinião do próprio jornal sobre um assunto, enquanto os demais textos opinativos cumprem sua função apresentando a opinião do jornalista, do colaborador ou do leitor.

Diante desse fato, este trabalho objetiva discutir a conceituação de gênero opinativo de jornal, destacando-se aspectos constitutivos que caracterizam duas de suas categorias — o editorial e o artigo. Essa discussão fundamenta-se na teoria de gênero discursivo, cuja noção encontrou, pela primeira vez, uma extensão considerável na obra de Bakhtin (1992, p. 279)<sup>1</sup>, que define gênero como “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados pelas diferentes esferas de utilização da língua. A variedade dos gêneros é infinita, pois cada esfera da atividade humana possui um repertório de gêneros do discurso que se diferencia e se amplia à medida que a própria esfera se desenvolve. Os gêneros são determinados socialmente, ou seja, as intenções comunicativas do locutor e do interlocutor, seres caracterizados historicamente e que estão inseridos num contexto de tempo e lugar, são parte das condições de produção dos discursos e geram usos sociais que determinam os gêneros.

Para Bakhtin (1992), três elementos configuram um gênero discursivo: conteúdo temático, estilo e construção composicional. O conteúdo temático diz respeito à abordagem dos objetos (temas) que passam pelo processo de valoração de uma determinada esfera em determinado tempo e contexto (dito de outro modo, é o que pode tornar-se dizível por meio dos gêneros); estilo está relacionado à seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais utilizados para compor o gênero (é derivado da posição enunciativa do locutor, entre outros elementos), e a construção composicional concerne às formas de composição e acabamento dos enunciados, ou seja, ao arranjo esquemático em que o conteúdo temático se assenta e aos modos discursivos de organização textual (narração, descrição, etc.).

Numa interpretação da reflexão bakhtiniana, Silva (1999, p. 92) afirma que “a noção de gênero discursivo reporta ao funcionamento da língua em práticas comunicativas reais e concretas, construídas por sujeitos que interagem nas esferas das relações humanas e da comunicação”.

Assim, as intenções comunicativas e as necessidades sócio-interlocutivas dos sujeitos produtores de enunciados (locutor e destinatário caracterizados historicamente) são parte das condições de produção dos enunciados ou dos gêneros discursivos. Estes, pois, são determinados socialmente e são peculiares às esferas de relações da sociedade ou esferas do uso da língua (pública ou privada) nas quais surgiram

---

<sup>1</sup> O conceito de gênero foi proposto por Bakhtin na primeira metade do séc. XX, na Rússia, mas só foi difundido no Ocidente, aproximadamente, entre as décadas de 70 e 80.

No que tange às relações interlocutivas dos sujeitos, estes fatores são imprescindíveis: o lugar e o papel que cada um desses sujeitos representa no processo interlocutivo, os quais, em grau maior ou menor, sofrem as injunções do lugar social que cada um ocupa na sociedade; a relação de formalidade ou não entre eles; o jogo de imagens ali presente e o jogo de vozes socialmente situadas, orientando o que pode ou não ser dito e como se deve fazê-lo; a atitude enunciativa do locutor (intuito discursivo) em relação ao seu objeto de dizer e ao seu destinatário; as expectativas e finalidade deste aliadas à sua atitude responsiva em relação ao que está sendo enunciado, e o registro e a modalidade lingüística e o veículo de circulação. Todos os fatores citados acima são a outra parte das condições de produção dos enunciados, isto é, dos gêneros discursivos.

Cada esfera do uso da língua potencializa seus próprios gêneros, torna-os permanentes para organizar seus discursos. E a variedade dos gêneros é infinita porque, conforme Bakhtin (1992, p. 279), “cada esfera da atividade humana comporta um repertório de gênero do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

O gênero discursivo sempre se dirige a um interlocutor que não se limita a compreender o locutor. Cada gênero discursivo, em cada uma das esferas de uso da linguagem, tem sua concepção padrão do seu destinatário. Esse destinatário sempre adota uma atitude responsiva ativa que é possível graças à totalidade acabada do gênero.

A totalidade acabada do enunciado do discurso é determinada por três fatores: o tratamento exaustivo do objeto do sentido; o intuito de querer-dizer do locutor; as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento (BAKHTIN, 1992, p. 299).

Os gêneros acabados podem ser divididos em dois grandes conjuntos: gêneros primários oriundos de circunstâncias de comunicação espontânea que se constituem em situações discursivas construídas em instâncias privadas, ou seja, em esferas cujas atividades estão vinculadas às experiências cotidianas e/ou íntimas: cartas pessoais são exemplos, e os gêneros secundários, que provêm de circunstâncias de comunicação cultural e que figuram em situações discursivas construídas em instâncias públicas, ou seja, em esferas cujas atividades sócio-culturais têm um caráter relativamente mais formal, como os textos opinativos do jornal. Gêneros primários e secundários marcam a língua escrita em cada época de seu

desenvolvimento e fazem com que ela penetre na vida do mesmo modo que faz com que a vida penetre na língua.

Para Bronckart (1999), a ação da linguagem se materializa num texto, que é definido como toda unidade de produção verbal situada, acabada e auto-suficiente do ponto de vista da ação ou comunicação. O texto, por sua vez, só pode ser compreendido dentro de um conjunto maior de textos, que seriam os gêneros.

Schneuwly (2000, p.31) descreve:

Os gêneros definem o que é dizível (e inversamente o que deve ser dito define a escolha de um gênero); eles têm uma composição, tipo de estruturação e acabamento e tipo de relação com os outros participantes da troca verbal; dito de outro modo: eles têm uma certa estrutura definida por sua função, eles são caracterizados por aquilo que chamamos um plano comunicacional; finalmente, eles são caracterizados por um estilo que deve ser considerado não como um efeito da individualidade do locutor, mas como elemento de um gênero; gramática e léxico por um lado e estilística por outro separam-se essencialmente pelo ponto de vista que os define; língua de um lado, gênero de outro: a seleção que o locutor opera de uma forma gramatical determinada já é um ato estilístico.

Cada gênero discursivo, segundo Bronckart (1999), é organizado em três níveis superpostos e em parte interativos, que definem o *folhado textual*: a infraestrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. O conhecimento desses três níveis permite a análise mais refinada dos textos e sua classificação quanto ao gênero discursivo e mantém estreita relação com o conhecimento textual explicado por Kleiman (1989) e (1993). O conhecimento textual, por sua vez, numa concepção mais ampla de leitura, integra a competência genérica de que fala Maingueneau (2001).

Todo texto, conforme Bronckart (1999), é organizado em três níveis superpostos e em parte interativos, que definem o *folhado textual*. São eles: *a infraestrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos*.

*A infraestrutura geral do texto* é o nível do texto constituído por seu plano mais geral, pelos tipos de discurso que ele comporta, pelas modalidades de articulação desses tipos de discurso, assim como pelas seqüências que eventualmente aí aparecem.

O plano geral, afirma Bronckart (1999), diz respeito à organização de conjunto do conteúdo temático; ele se deixa ver no processo de leitura e pode ser codificado em um

resumo. Pode-se dizer que o plano geral é o que se conhece por macroestrutura do texto. A noção de tipo de discurso designa os diferentes segmentos que o texto comporta: segmento de discurso teórico, segmento de narração, segmento de discurso interativo (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, etc.). As articulações entre os tipos de discurso podem tomar formas diversas, como o encaixamento de segmentos de discurso direto num segmento de narração. De acordo com Bronckart (1999), esse termo de encaixamento designa um conjunto de procedimentos que explicitam a relação de dependência de um tipo de segmento em relação a outro. Exemplo disso são os travessões e os verbos de dizer que indicam o discurso direto numa narração. A noção de seqüência de que Bronckart (1999) fala é a mesma que Adam (1992) menciona. As seqüências são modos de planificação, mais convencionais ou mais especificamente verbais, que se desenvolvem no interior do plano geral de texto. As seqüências, que podem ser narrativa, explicativa, argumentativa, descritiva e dialogal, constituem protótipos, ou seja, modelos abstratos de que dispõem os produtores e receptores de textos.

O protótipo da seqüência argumentativa, que interessa a este trabalho, apresenta-se como uma sucessão de três fases:

- fase de premissas: é aquela na qual é proposta uma constatação de partida;
- fase de apresentação de argumentos: é aquela na qual são apresentados elementos que orientam para uma conclusão provável; esses elementos podem ser apoiados por lugares comuns, regras gerais, exemplos, etc.;
- fase de conclusão (ou de nova tese): é a que integra os efeitos dos argumentos.

Esse modelo pode ser realizado de modo simplificado (por exemplo, passar diretamente da premissa para a conclusão, ou dos argumentos à conclusão, deixando implícitas as outras fases do protótipo), mas pode também ser realizado de modo mais complexo: explicitação da tese anterior, entrelaçamento dos argumentos e dos contra-argumentos, etc.

Outro nível no qual é organizado um texto, além do nível da *infraestrutura geral do texto*, é o nível dos *mecanismos de textualização*. Os *mecanismos de textualização* englobam os mecanismos de conexão, de coesão nominal e de coesão verbal. Esses mecanismos consistem na criação de *séries isotópicas* que contribuem para o estabelecimento da coerência temática. Para Bronckart (1999), os mecanismos de textualização, fundamentalmente

articulados à linearidade do texto, explicitam para o destinatário suas grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais.

O último dos três níveis nos quais é organizado o texto são os *mecanismos enunciativos*, que compreendem a análise das vozes presentes no texto e das modalizações.

As *vozes* que se exprimem num texto, conforme diz Bronckart (1999), podem ser reagrupadas em três subconjuntos: a voz do autor empírico; as vozes sociais, isto é, as vozes de outras pessoas ou de instituições humanas exteriores ao conteúdo temático do texto; as vozes de personagens, isto é, as vozes de pessoas ou de instituições que estão diretamente implicadas nesse percurso temático. Todas as vozes podem estar implícitas, não sendo traduzidas por marcas lingüísticas específicas e não podendo ser inferidas pela leitura do texto. Porém há casos em que essas vozes são explicitadas por formas pronominais, por sintagmas nominais, ou ainda por frases ou segmentos de frases.

O termo *modalizações* designa as avaliações formuladas em relação a certos aspectos do conteúdo temático. São quatro os tipos de modalizações: modalizações lógicas, modalizações deônticas, modalizações apreciativas e modalizações pragmáticas.

As modalizações lógicas consistem em julgamentos relativos ao valor de verdade das proposições enunciadas; as modalizações deônticas avaliam o que é enunciado à luz dos valores sociais, apresentando os fatos enunciados como permitidos, proibidos, necessários etc.; as modalizações apreciativas traduzem um julgamento mais subjetivo, apresentando os fatos enunciados como bons, maus, estranhos, aos olhos da instância que avalia; as modalizações pragmáticas traduzem um julgamento relativo a uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que ele é agente, sendo essas facetas a capacidade de ação, a intenção e as razões.

Há também alguns elementos constitutivos do gênero discursivo que estão além do próprio texto. São eles: os portadores e as características do material (tipo de papel, diagramação), mais o valor dos elementos visuais, como a imagem.

Segundo Moreira (1988), os portadores textuais são objetos que veiculam textos impressos, como o jornal. Dependendo da função comunicativa de cada gênero discursivo, este estará impresso em determinado portador textual. As características materiais do texto, como diagramação (tamanho do texto, divisão em subtítulos ou em colunas, tipo e cor de

letra), e o tipo de suporte (de papel, de plástico, de madeira, de metal, de vidro, etc.) também são elementos observados para identificar um gênero discursivo.

Fundamentada em Maingueneau (2001), Lopes-Rossi (2002, p.138) afirma que os gêneros do discurso podem ser agrupados com base em vários critérios, como a sua organização lingüístico-textual e as suas características discursivas. E que a esses agrupamentos atribui-se o nome de tipos discursivos de gênero. Os critérios podem ser estes:

- Uma finalidade reconhecida – determinada socialmente para o uso daquela forma de linguagem e reconhecida pelo destinatário (co-enunciador).
- O estatuto de parceiros legítimos – enunciador e co-enunciador (es) assumem papéis que determinam de quem parte e a quem se dirige o enunciado.
- O lugar e o momento legítimos – os gêneros discursivos, em geral, podem ser associados a espaços que os legitimam. Por exemplo, uma missa, na igreja, uma aula, na escola. Pode ocorrer uma transgressão dessa regra, por algum motivo que legitime um lugar não esperado para a realização do gênero — como uma missa em praça pública—, mas de forma geral a competência genérica das pessoas permite associar os gêneros discursivos a lugares específicos. Quanto à temporalidade, os gêneros podem ou não obedecer a uma periodicidade, ter uma forma típica de encadeamento, continuidade ou validade.
- Uma organização textual — cada gênero do discurso organiza-se de uma maneira típica, que cabe à lingüística textual estudar. Alguns se submetem a uma organização mais rígida ou ritualizada em função das convenções sócio-historicamente estabelecidas — como um requerimento, por exemplo —, outros são mais flexíveis e permitem variações estilísticas — como uma aula, por exemplo.

Com base em todas essas informações, analisaremos um editorial e um artigo com intuito de verificar quais dos elementos apontados anteriormente os configuram. E, segundo o conceito de gênero discursivo, como podem ser classificados.

## **2. ANÁLISE DO *CORPUS***

Foram escolhidos, para efeito de análise cujos resultados vêm-se a seguir, o editorial e um artigo da Folha de S. Paulo de 12 de dezembro de 2000.

### **2.1. Editorial**

#### **A RENDIÇÃO DE NICOLAU**



A prisão do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto encerra uma multiplicidade de aspectos. O mais evidente e relevante deles diz respeito ao fato de a justiça estar seguindo seu curso, que é necessariamente lento. A tentativa de punir os chamados crimes de colarinho branco é mais ou menos uma novidade na história do Brasil. Este é o lado positivo da captura do juiz.

Há também alguns ângulos negativos. Em primeiro lugar, a Polícia Federal, a quem cabia localizar e encerrar o juiz, falhou redondamente em sua missão. Nicolau dos Santos Neto se entregou quando e como quis, depois de ludibriar por 227 dias as autoridades policiais.

Há também dúvidas quanto às condições que levaram o juiz a colocar-se à disposição da justiça. O próprio ministro José Gregori admite que houve “entendimentos”, embora negue a existência de um acordo. A exata natureza desses “entendimentos” preocupa. Em suas tropelias financeiras, Nicolau dos Santos contou pelo menos com a inépcia de importantes figuras de Brasília.

As questões que se colocam daqui para frente não são mais confortáveis. Há que decidir, por exemplo, se o juiz pode ser solto. Se, de um lado, a lei prevê que ele possa responder ao processo em liberdade, de outro, é muito grande o clamor público para que ele seja mantido na cadeia. O fato de o acusado ter sido presidente de um tribunal não simplifica as coisas.

Outro ponto importante se relaciona com a atuação das autoridades brasileiras para reaver ao menos parte do dinheiro desviado. Aqui é preciso agir com presteza para bloquear os bens do juiz fora do país e com rigor para que uma eventual condenação seja aceita pelos tribunais estrangeiros. Se o Tesouro não for ressarcido, o exemplo que se pretende dar será apenas meio exemplo.

No balanço geral, contudo, a captura de Nicolau dos Santos Neto é positiva. Indica que nem todos os crimes de colarinho branco permanecem impunes no Brasil.

O jornalismo veicula, de acordo com Beltrão (1980, p.19), “três categorias específicas de opinião: a do editor, a do jornalista e a do leitor, que juntas, irão oferecer à comunidade a manifestação corporificada de tão discutido fenômeno social da opinião pública”. O editorial é a categoria de texto opinativo que expressa a opinião do editor, o qual representa o grupo mantenedor da empresa jornal, logo apresenta o julgamento do grupo de elite do jornal sobre o problema em questão. Isso diz respeito à principal função comunicativa do editorial. Há, porém, como já afirmado, diversos outros elementos que configuram esse texto. A relação



interlocutiva dos sujeitos (jornal e leitor) é um fator muito importante para explicar, por exemplo, a formalidade do estilo do editorial, outro elemento constitutivo desse enunciado.

Para explicar isso, considere-se que, por representar os interesses do jornal, o editorial fundamenta-se “nas convicções filosóficas do grupo; nas informações e relações que envolvem o tema proposto; nas sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; na experiência jornalística dos chefes de redação, e nos interesses econômicos da empresa”. Não só isso, mas também que “os grandes órgãos de difusão são grandes empresas comerciais e industriais que devem manter o equilíbrio entre sua missão pública e seu objetivo mercantil, pois dependem do leitor, que, com o senso divinatório do cidadão, logo identifica uma política editorial comprometida e divorciada dos interesses vitais da comunidade. Então, o jornal não tardará em ser repudiado [...]” (Beltrão, 1980, p.19). Enfim será desacreditado pela coletividade. Ora, se o editorial representa os interesses da empresa e ao mesmo tempo se mostra comprometido com a comunidade, sua linguagem possui a máscara de uma impossível neutralidade, o que limita a liberdade de estilo, em função do padrão da empresa e da impersonalização. A estrutura do editorial repete a seqüência argumentativa clássica, segundo Bronckart (1999), ou da retórica aristotélica, como se observa no editorial analisado.

O título é claro e objetivo, remete-se ao fato, à ocorrência. Neste momento não se vê declaradamente o enfoque ou a abordagem que se vai dar a ele: “A rendição de Nicolau”. Entretanto, o primeiro parágrafo é a apresentação do fato e da abordagem comedida, cautelosa. A rendição de Nicolau “encerra uma multiplicidade de aspectos”. Essa idéia é a grande tese que se pretende desenvolver por meio da enumeração dos aspectos negativos e positivos do fato. Para tanto, o texto necessita de argumentos lógicos, os quais se encontram no decorrer do 2º, 3º, 4º e 5º parágrafos e são informações irrefutáveis obtidas por meio de pesquisas e sondagens. O último parágrafo é a conclusão, que fecha a estrutura circular do texto, voltando à proposição inicial, a típica forma da dissertação, porém com o julgamento que faz da multiplicidade de aspectos da rendição do juiz: “No balanço geral, contudo, a captura de Nicolau dos Santos Neto é positiva”.

A construção composicional e o conteúdo temático desse texto estão bem definidos, resta apontar seu estilo, configurado por essas características: sujeito implícito, sentido



denotativo, argumentos lógicos, adjetivação controlada, voz passiva, o que destaca o objeto e esconde o sujeito para conquistar a credibilidade do leitor.

Um aspecto interessante que diz respeito a sua construção composicional é a sugestão apresentada no final do texto, como uma espécie de recado às autoridades: “Aqui é preciso agir com presteza para bloquear os bens do juiz fora do país e com rigor para que uma eventual condenação seja aceita pelos tribunais estrangeiros”.

Não discutiremos os elementos não-verbais que também configuram um gênero discursivo, como sua diagramação, sua posição na página e na seção, ausência de imagem (desenho, fotografia, etc.), entre outros. Porém, não se nega a importância deles para a construção do sentido do texto e para a realização de sua função comunicativa.

## 2.2. Artigo Noticioso

CLÓVIS ROSSI

*Lalau, lógica e governo*

**PORTO ALEGRE** – *Minha santa ingenuidade me impedia de enxergar a lógica por trás do propalado acordo entre o governo e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto para que o mais famoso foragido da República se entregasse.*

*Ficava pensando o seguinte: se a polícia não cumprisse a sua parte e, ao contrário, decidisse expor a acusação à ávida sanha da mídia, que retaliação o ex-juiz poderia adotar? Fugir de novo? Difícil, além de inútil (ele apenas voltaria à situação que quis encerrar ao decidir se entregar).*

*Sou obrigado, pois deduzir que a única retaliação disponível para Nicolau dos Santos Neto era contar tudo o que sabe. Por extensão, sou igualmente obrigado a deduzir que sabe algo que não convém ao governo.*

*Do contrário, como explicar que se tenha permitido que o advogado do réu escolhesse o policial ao qual seu cliente se entregaria? Não creio que haja precedentes desse tipo de comportamento, a não ser em novelas policiais ou filmes “B”.*

*Como explicar que a Polícia federal tenha usado todo o seu “Know-how” de espetáculo, mas com o sinal invertido? Que não tivesse participado do show usual de exibir o preso às câmeras, já é uma anomalia em todos os casos recentes do gênero. Que, mais do que isso, tenha até simulado a chegada do ex-juiz para desviar a atenção dos jornalistas, aí já é bem mais anomalia.*

*Tudo bem que se respeite o preso. É obrigação elementar do aparelho de Estado. Mas daí a oferecer-lhe um grau de proteção de que preso algum jamais goza, já vai uma distância que só pode mesmo dar bons motivos para suspeitas.*

*Some-se a esses fatos, digamos esquisitos,, as contradições entre o ministro da Justiça e o presidente da República, a respeito de haver ou não negociação, e entre o ministro e delegado ao qual Lalau se apresentou, também sobre o mesmo assunto, e tem-se enfim uma lógica. A pior possível para o governo, mas lógica.*

Este artigo noticioso, assinado pelo jornalista Clóvis Rossi, manifesta o juízo do autor sobre o mesmo fato expresso no editorial analisado, ou seja, a rendição do juiz Nicolau. Sobre o fato o jornalista informa e comenta simultaneamente, numa seção do seu cargo e numa matéria por ele firmada.

O processo de produção de opinião do artigo distingue-se do processo de opinião do editorial não só pelo sujeito, mas também pela fundamentação. A opinião do jornalista, segundo Beltrão (1980), baseia-se no contato maior com o público, na sua condição social, econômica e intelectual, sua formação filosófica e sua experiência profissional. Essa opinião, ou seja, a forma de abordagem do fato, constitui o conteúdo temático do artigo, em oposição ao conteúdo temático do editorial, que é a opinião do jornal. Isso faz com que a forma do texto do artigo se distancie da forma do texto do editorial, conforme se observa a seguir.

O título tem a função de introduzir o fato e sua abordagem, tarefa que o primeiro parágrafo do editorial analisado cumpre. O autor quer comentar a lógica da rendição do juiz e também a lógica do governo que justifica sua ação frente ao fato. Já no título, a linguagem subjetiva está presente na forma com a qual se refere ao sujeito do fato — Lalau, em vez de Nicolau.

A estrutura composicional não repete a seqüência organizacional da retórica aristotélica, pois apresenta uma seqüência argumentativa mais livre, fora do padrão. O primeiro parágrafo explica o título que exerce a função de introduzir a proposição. A argumentação de base é mais subjetiva, embora baseada em fatos. O desenvolvimento do texto se dá por confronto de informações, desgastando o argumento contrário: “Tudo bem que se respeite o preso. [...] Mas daí a oferecer-lhe um grau de proteção [...]”. A conclusão retoma o título, ou seja, a proposição. “[...] e tem-se enfim uma lógica”.



Quanto ao estilo, o artigo se diferencia totalmente do editorial. Aqui o sujeito é explícito, não veste máscara, está declarado na primeira pessoa e na adjetivação livre, ainda que amarrada aos fatos. O corpo do texto apresenta uma proposta de interação entre os interlocutores (jornalista e leitor) por meio de perguntas. Como sabemos, a interrogação exige composição responsiva, portanto a relação interlocutiva acontece de forma mais próxima: “Como explicar que a Polícia Federal tenha usado todo o seu ‘Know-how’ de espetáculo, mas com sinal invertido?”. Essa relação interlocutiva permite que o leitor construa sua posição, avaliando as hipóteses que o jornalista apresenta e respondendo com ele.

Os tempos verbais do imperfeito e do futuro do pretérito corroboram a falta de objetividade. A escolha lexical é um recurso argumentativo de desenvolvimento, pois a rede semântica evidente está relacionada ao sentido de lógica, idéia da proposição, como os verbos empregados: pensar, explicar, deduzir.

Ao contrário do editorial, o artigo não representa a empresa jornal. Portanto, não têm a mesma credibilidade. No artigo, o jornalista não pode deixar de citar fontes, pois elas indicam que também aqui, como no editorial, houve investigação. Os argumentos, pois, são os fatos, a própria informação: “Some-se a esses fatos, digamos esquisitos, as contradições [...]”.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em geral, a necessidade de criar gêneros discursivos distintos obedece, fundamentalmente, à intenção de facilitar a produção de todos os textos que circulam em um determinado ambiente social. Para que o estudante de Jornalismo aprenda a produzir textos jornalísticos, além de desenvolver a competência lingüística, que diz respeito ao domínio da língua, ele necessita desenvolver a competência genérica de que fala Maingueneau (2001), a qual concerne à capacidade de o escritor identificar os elementos constitutivos dos gêneros discursivos para produzi-los respeitando sua forma relativamente estável.

O editorial e o artigo, conforme sua organização lingüístico-textual, ou seja, sua estrutura argumentativa, e suas características discursivas, as quais, segundo Lopes-Rossi (2002), são aquelas relativas às suas condições de produção e de circulação na sociedade, pode ser classificado como um gênero de tipo discursivo opinativo. Porém, considerando os aspectos descritos por Bakhtin (1992) que configuram um gênero (conteúdo temático, estilo e



construção composicional), o editorial e o artigo são gêneros discursivos distintos, embora do tipo discursivo opinativo.

Para estudá-los, pois, nas aulas de redação jornalística, é necessário conhecer os elementos que configuram cada um deles, ampliando a competência genérica do aluno, sem a qual não se produz nenhum tipo de texto.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (a) ADAM, J. M. *Les Textes: Types et Prototypes*. Paris: Nathan-Université, 1992.
- (b) BAKHTIN, Mikhail M. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Col. Ensino Superior)
- (c) BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
- (d) BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ, 1999.
- (e) CARVALHO, Adriana Cintra de. *Desenvolvimento da competência genérica na prática de leitura de crianças não-alfabetizadas como parte do processo de letramento*. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado, Linguística Aplicada) – Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté.
- (f) KAUFMAN, Ana Maria & RODRÍGUEZ, Maria Elena. *Escola, leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- (g) KLEIMAN, Ângela. B. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- (h) LOPES-ROSSI, Maria A. G. “A produção de texto escrito com base em gêneros discursivos”. In: SILVA, E. R. da (Org.). *Texto e ensino*. Taubaté, SP: Cabral Livraria e Editora Universitária, 2002. p. 133-148.
- (i) MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- (j) MOREIRA, Nadja R. “Portadores de texto: concepções de crianças quanto a atributos, funções e conteúdo”. In: KATO, Mary A. (Org.). *A concepção de escrita pela criança*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- (k) SCHNEUWLY, B. *Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas*. São Paulo: LAEL/ PUC-SP, 2000.



- (l) SILVA, Jane Q. G. “Gênero discursivo e tipo textual”. *In*: DECAT, Maria B. N. & BITTENCOURT, Vanda de O. (Org.). *Scripta: Lingüística e Filologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do CESPUC. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p.87-106, 1º sem., 1999.